



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 6ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Plenário

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS



ATA

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/2/2015

Presidência do Deputado Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Requerimentos nºs 108 a 137/2015 - Requerimentos Ordinários nºs 69 a 123/2015 - Comunicações: Comunicações dos deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Agostinho Patrus Filho - Oradores Inscritos: Discurso do deputado Douglas Melo - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários nºs 71 a 80, 82, 83, 122, 84 a 121, 69 e 70/2015; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 1/2015; aprovação - Questões de Ordem - Registro de Presença - Requerimento do deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do deputado Rogério Correia - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Lafayette de Andrada - Ulysses Gomes - Agostinho Patrus Filho - Antônio Carlos Arantes - Antônio Jorge - Arlete Magalhães - Arnaldo Silva - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Celise Laviola - Cristiano Silveira - Cristina Corrêa - Dirceu Ribeiro - Douglas Melo - Doutor Jean Freire - Duarte Bechir - Elismar Prado - Emidinho Madeira - Fabiano Tolentino - Fábio de Avelar - Fred Costa - Geisa Teixeira - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ione Pinheiro - Iran Barbosa - Isauro Calais - Ivair Nogueira - João Alberto - João Leite - João Magalhães - João Vítor Xavier - Leandro Genaro - Léo Portela - Leonídio Bouças - Marília Campos - Mário Henrique Caixa - Missionário Márcio Santiago - Neilando Pimenta - Noraldino Júnior - Nozinho - Paulo Lamac - Roberto Andrade - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Thiago Cota - Tiago Ulisses - Tito Torres - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) - Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado Mário Henrique Caixa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O deputado Wander Borges, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:



OFÍCIOS

Do Sr. Juraci Porfírio de Souza, presidente da Câmara Municipal de Juruáia, dando ciência a esta Casa da composição da Mesa dessa câmara para o biênio 2015/2016.

Do Sr. Jaime Jacinto Coimbra, presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Anta, dando ciência a esta Casa da composição da Mesa dessa câmara para o ano de 2015.

Do Sr. Gil Antônio Diniz, presidente da Câmara Municipal de Contagem, dando ciência a esta Casa da composição da Mesa dessa câmara para o biênio 2015/2016.

Do Sr. Noraldino Gonçalves de Macedo, presidente da Câmara Municipal de Turmalina, encaminhando moção de apoio aprovada por essa câmara ao Projeto de Lei nº 5.706/2015, que cria a Secretaria de Desenvolvimento Agrário. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Da Sra. Romana Pessoa Picanço, chefe da Divisão de Convênios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, encaminhando cópia de convênio firmado entre esse ministério e a Uemg. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Júlio César Dias Campos “Bagunça”, presidente da Câmara Municipal de Conceição das Alagoas, encaminhando cópia de voto de congratulações formulados por essa câmara aos deputados eleitos para comporem a Mesa desta Casa no biênio 2015/2016. (- À Mesa da Assembleia.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente - A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 108/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares e bombeiros militares que menciona, pela atuação na ocorrência, em 23/1/2015, em Pouso Alegre, que resultou no resgate de quatro pessoas de uma casa em chamas. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 109/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Itatiaiuçu pelo aniversário desse município.

Nº 110/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Piranguinho pelo aniversário desse município.

Nº 111/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Itambé do Mato Dentro pelo aniversário desse município.

Nº 112/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ibirité pelo aniversário desse município.

Nº 113/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Araponga pelo aniversário desse município.

Nº 114/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Igarapé pelo aniversário desse município.

Nº 115/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Andradas pelo aniversário desse município.

Nº 116/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Camacho pelo aniversário desse município.

Nº 117/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Caeté pelo aniversário desse município.

Nº 118/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Tiros pelo aniversário desse município.

Nº 119/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Alvinópolis pelo aniversário desse município.

Nº 120/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Guapé pelo aniversário desse município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 121/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo da Polícia Civil do Estado.

Nº 122/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo da PMMG.

Nº 123/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências com vistas à aquisição e reestruturação de equipamentos para a PMMG.

Nº 124/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências com vistas à aquisição e reestruturação de equipamentos para a Polícia Civil do Estado.

Nº 125/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/1/2015, em Contagem, que resultou na



apreensão de dois menores e de cocaína, armas e réplica de arma; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 126/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 13ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/2/2015, em Itapecerica, que resultou na apreensão de cerca de 10kg de maconha e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 127/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 23º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/2/2015, em Divinópolis, que resultou na apreensão de três pistolas de 9mm e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 128/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar e na Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/2/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 129/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 33º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/2/2015, em Betim, que resultou na apreensão de drogas, munição, balança de precisão e colete da Polícia Civil e na prisão de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 130/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Cb. BM Marcos Arruda, lotado no 4º Batalhão de Bombeiros Militar, pela atuação na ocorrência em 22/1/2015, durante sua folga, no Rio de Janeiro, que resultou no salvamento de duas adolescentes que se afogavam; e seja encaminhado ao Comando-Geral do CBMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa ao militar pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 131/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/2/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 11 pistolas e na prisão de dois homens; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 132/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 9ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/1/2015, em Uberlândia, que resultou na apreensão de armas de fogo, carregadores, drogas, balanças de precisão, munição, celulares, quantia em dinheiro e uma moto e na prisão de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 133/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 36º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/2/2015, em Lagoa Santa, que resultou na apreensão de arma de fogo, munição e drogas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 134/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 32º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/2/2015, em Uberlândia, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, *jet ski* e caderno de anotações e na prisão de cinco pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 135/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 180ª CIA PM, pela atuação na ocorrência, em 3/2/2015, em Vespasiano, que resultou na apreensão de drogas, balanças de precisão, quantia em dinheiro e na prisão de um homem.

Nº 136/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 37º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/2/2015, em Araxá, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo, balança de precisão, munição e na prisão de quatro pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 137/2015, do deputado Roberto Andrade, em que solicita seja encaminhado à presidência do TSE pedido de providências para a não extinção de cartórios e zonas eleitorais no Estado. (- À Comissão de Administração Pública.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 69/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 4.577/2013.

Nº 70/2015, do deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.677/2014.

Nº 71/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 57/2011.

Nº 72/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 58/2011.

Nº 73/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 62/2011.

Nº 74/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 63/2011.

Nº 75/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 64/2011.

Nº 76/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 69/2011.



- Nº 77/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 70/2011.
Nº 78/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.030/2013.
Nº 79/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.046/2013.
Nº 80/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.052/2013.
Nº 81/2015, da deputada Arlete Magalhães e outras, em que solicitam a disponibilização de cursos gratuitos, nas modalidades presencial e à distância, específicos sobre o tema "Participação política para as mulheres", através da Escola do Legislativo.(- À Mesa da Assembleia.)
Nº 82/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.132/2013.
Nº 83/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.192/2013.
Nº 84/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 665/2011.
Nº 85/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 965/2011.
Nº 86/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 966/2011.
Nº 87/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 998/2011.
Nº 88/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.053/2011.
Nº 89/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.056/2011.
Nº 90/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.449/2011.
Nº 91/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.519/2011.
Nº 92/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.785/2011.
Nº 93/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.805/2011.
Nº 94/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.684/2011.
Nº 95/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.104/2012.
Nº 96/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.383/2012.
Nº 97/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.138/2013.
Nº 98/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.172/2013.
Nº 99/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.381/2013.
Nº 100/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.729/2013.
Nº 101/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.115/2014.
Nº 102/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.196/2014.
Nº 103/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.648/2014.
Nº 104/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.662/2014.
Nº 105/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.671/2014.
Nº 106/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.686/2014.
Nº 107/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.725/2015.
Nº 108/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 579/2011.
Nº 109/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 992/2011.
Nº 110/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.546/2011.
Nº 111/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.462/2012.
Nº 112/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.725/2013.
Nº 113/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.726/2013.
Nº 114/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.069/2013.
Nº 115/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.556/2013.
Nº 116/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.783/2013.
Nº 117/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.839/2014.
Nº 118/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.862/2014.
Nº 119/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.123/2014.
Nº 120/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.319/2014.
Nº 121/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.320/2014.
Nº 122/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.206/2013.
Nº 123/2015, da deputada Arlete Magalhães e outras, em que solicitam a disponibilização, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de estrutura de creche em eventos de grande porte a ser realizados nesta Casa, especialmente nos de maior participação de mulheres. (- À Mesa da Assembleia.)

Comunicações

- São também encaminhadas à presidência comunicações dos deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Agostinho Patrus Filho.

Oradores Inscritos

- O deputado Douglas Melo profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.



Leitura de Comunicações

- A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelos deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Agostinho Patrus Filho, cujos teores foram publicados na edição anterior.

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, os Requerimentos Ordinários n°s 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83 e 122/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita, respectivamente, o desarquivamento dos Projetos de Lei n°s 57, 58, 62, 63, 64, 69 e 70/2011 e 4.030, 4.046, 4.052, 4.132, 4.192 e 4.206/2013, os Requerimentos Ordinários n°s 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106 e 107/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita, respectivamente, o desarquivamento dos Projetos de Lei n°s 665, 965, 966, 998, 1.053, 1.056, 1.449, 1.519, 1.785, 1.805 e 2.684/2011, 3.104 e 3.383/2012, 4.138, 4.172, 4.381 e 4.729/2013, 5.115, 5.196, 5.648, 5.662, 5.671 e 5.686/2014 e 5.725/2015, os Requerimentos Ordinários n°s 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120 e 121/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita, respectivamente, o desarquivamento dos Projetos de Lei n°s 579, 992 e 2.546/2011, 3.462/2012, 3.725, 3.726, 4.069, 4.556 e 4.783/2013 e 4.839, 4.862, 5.123, 5.319 e 5.320/2014, o Requerimento Ordinário n° 69/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Resolução n° 4.577/2013, e o Requerimento Ordinário n° 70/2015, do deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei n° 5.677/2014.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução n° 1/2015 (- À promulgação.).

Questões de Ordem

O deputado João Leite - Obrigado, deputado Lafayette de Andrada. Parece que há uma reclamação do deputado Gustavo Valadares, mas creio que estou com a palavra e continuo. Sr. Presidente, saltou aos olhos ontem a Deliberação n° 1, publicada no Diário Oficial de ontem, da lavra do Sr. Presidente da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, que vem a ser o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Helvécio Miranda Magalhães Júnior. O fato é simples assim: o governo do Estado de Minas Gerais cassa, por resolução, o direito a férias-prêmio do servidor público. Essa é uma matéria constitucional. Esse é o governo do Sr. Pimentel, do PT. O ato foi assinado pelo Sr. Helvécio Magalhães e publicado ontem. Quem deveria estar falando isso são os sindicatos, mas eles estão calados, não falam mais nada. Mas houve cassação, deputado Valadares. O servidor tem o direito constitucional assegurado de gozar três meses de férias-prêmio, após cinco anos de exercício. O que o servidor público faz nesse tempo? Eu acompanho a história na Assembleia Legislativa e vejo que, quando os servidores pedem esse direito, vão fazer mestrado, doutorado. O PT cassa as férias-prêmio desse servidor! Muitos gozam esse direito para fazer tratamento de saúde. As férias-prêmio são concedidas por ato da autoridade pública após requerimento do servidor. Com o PT isso não é possível, o servidor não tem direito a férias-prêmio. Analisado o pedido, quando são consideradas a conveniência e oportunidade para seu atendimento, é publicado o ato de deferimento no diário oficial. A norma que regulamentou a concessão desse benefício, datada de 24/4/2003, assinada pelo então secretário de Planejamento e Gestão, Antônio Anastasia, determinava, no art. 4° da Resolução Seplog n° 22, que o servidor poderia ter autorizado o afastamento em férias-prêmio por período igual ou superior a um mês. Desde então, inúmeros servidores, das mais variadas áreas da administração pública estadual obedeceram a esses critérios, atenderam a todas as exigências a eles impostas, tiveram os respectivos atos de concessão do benefício publicados e se afastaram para o gozo das merecidas férias-prêmio. Isso pertence ao servidor público do Estado de Minas Gerais. O que fez o atual secretário de Planejamento e Gestão? Talvez pela pouca prática na aplicação das primárias normas da administração pública, copiou no que lhe interessava o texto da resolução baixada pelo Prof. Anastasia, chegando ao absurdo de revogar expressamente norma que já se encontrava revogada desde 24 de abril. O Sr. Helvécio revogou uma norma já revogada em 2003. É o cúmulo! O PT passa agora a perseguir o servidor público. Não satisfeito, cassou o benefício que foi concedido pelo regular e absoluto processo administrativo legal e que gerou um ato jurídico perfeito e determinou que os servidores que estão em gozo das férias-prêmio legalmente concedidas se apresentem aos respectivos setores transcorrido um mês das férias já gozadas, independentemente do número de meses que ainda tenham para usufruir do direito legalmente concedido. Um amigo meu, servidor público, está fazendo mestrado, e o Sr. Helvécio o mandou voltar, tendo, então, de se apresentar. "Casso o seu direito de férias-prêmio, passo por cima da Constituição Federal." Onde estão os sindicatos para defender os servidores públicos? Ora, a quem o secretário quer enganar? O estelionato eleitoral cometido para eleger um governo que prometeu ouvir os servidores começa a se confirmar agora. A promessa de campanha deu lugar ao ato arbitrário e ditatorial de se considerar uma mera deliberação acima do direito constitucional. Como uma deliberação pode estar acima da Constituição da República? Concluindo, Sr. Presidente, faço o protocolo neste instante em nome do Bloco Verdade e Coerência de um projeto de resolução que susta os efeitos dessa deliberação marota e perversa. Tal projeto do Bloco Verdade e Coerência tem fundamento na estrita obediência à norma contida no art. 62, inciso XXX, da Constituição do Estado, que normatiza ser competência privativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais o poder para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. Por esses motivos, conto com o apoio das senhoras e dos senhores deputados para a aprovação, com a urgência que o caso requer, desse projeto de resolução. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, apresentamos um requerimento para que seja solicitado ao Sr. Secretário de Planejamento e Gestão a remessa a esta Casa da cópia da deliberação, devidamente homologada pelo Sr. Governador, que originou a Deliberação n° 1, de 11/2/2015, da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças. Aqui está o projeto de resolução que susta a deliberação do secretário do PT, que cassa um direito constitucional do servidor público do Estado de Minas Gerais de gozar férias-prêmio. Peço a assinatura do Bloco Verdade e Coerência e também dos deputados que desejarem para que tramite nesta Casa com urgência. Obrigado por sua paciência, presidente, mas entendia que esse era um tema relevante para tratarmos em defesa do servidor público do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.



O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, até para esclarecer ao deputado João Leite, que levantou uma questão importante, e ao deputado Antônio Jorge, que havia me procurado também para verificar o que estava acontecendo, quero dar uma explicação aos nobres deputados e aos telespectadores da TV Assembleia sobre o ato que o governador Fernando Pimentel solicitou de corte de férias-prêmio. V. Exa. e os deputados não concordam comigo. Na verdade, não se está cortando as férias-prêmio dos servidores. Não é isso. Há um entendimento equivocado na fala do nobre deputado João Leite. Estão sendo cortadas as férias-prêmio de cargo comissionado. Todo servidor terá direito a férias-prêmio em seu cargo de origem e não mais em cargo comissionado. Vou explicar. Os que estavam em cargo em comissão - em geral do PSDB - tiravam férias-prêmio nesse cargo. Isso significa que seria recebido um valor muito maior. Vou dar o exemplo da secretária Renata Vilhena. Ela é secretária, tem todo direito de tirar férias-prêmio, mas tirou com o recurso de férias-prêmio de secretária e não do seu cargo de origem. Agora, voltando a ser funcionária normal - não é mais secretária -, ela terá férias-prêmio, mas não com o salário de cargo comissionado. Concordo com o esclarecimento do nosso secretário de Planejamento, Dr. Helvécio, de que não é correto os que estavam em cargo em comissão chegarem ao final do governo que serviram e terem suas férias-prêmio com salário acima do que era o seu salário. E não houve somente o caso da secretária Renata Vilhena. Não estou fazendo crítica a ela, não há nenhuma imoralidade, não é nada disso. Discordamos de ela ter férias-prêmio como secretária e não como funcionária. Isso foi feito não apenas, deputados e deputadas, para um cargo comissionado, mas para 200. Todos os cargos comissionados do PSDB deixaram para tirar férias-prêmio exatamente no início do outro governo. Isso vai dar um montante de recurso muito grande. Consideramos dar férias-prêmio para esses cargos comissionado um privilégio equivocado. Deputados e deputadas, além disso existe uma fila de outros que não são comissionados, não tinham férias-prêmio e estas lhes foram negadas. Milhares de professoras não tiveram férias-prêmio, pois foi negado a elas. Porém, 200 servidores de cargos comissionados tiveram imediatamente, antes de o governo terminar, a oferta bondosa das férias-prêmio. Já as professoras não tiveram. Elas estão lá choramingando: "Cadê minhas férias-prêmio?". Para vocês não há, mas para a secretária Renata Vilhena há. O governo acertou, deputado Mário Henrique Caixá, pois vai dar férias-prêmio para todos, na ordem em que está sendo pedida. O governo vai dar para todos: professoras, agentes de saúde, médicos, que tinham tido as férias-prêmio negadas. Não podemos passar os cargos comissionados do PSDB na frente, ainda mais no final do governo deles. Eu acho isso imoral. Nesse caso, foi dado um privilégio aos que ajudaram o PSDB no governo. Que eles entrassem na fila e tivessem suas férias-prêmio como os outros. Ou eles são melhores que as professoras? A Renata Vilhena terá suas férias-prêmio, mas com salário de servidora e não com o de cargo comissionado de secretária. E, evidentemente, quando se seguir a fila corretamente. O ato é esse. O ato não é terminar com férias-prêmio de servidor. Isso não é verdade. Se alguém disse isso aqui, que prove. O ato é suspender as férias-prêmio dos cargos comissionados, mas vão ser oferecidas a eles as férias-prêmio de seu cargo comum. Essa é a posição do governo.

O deputado Antônio Jorge - Querida, dirigir-me aos companheiros de Plenário, em especial ao deputado Rogério Correia, que foi muito gentil em me ouvir hoje pela manhã, preocupado com esse assunto. Quero dar aqui um testemunho e me contrapor à justificativa levantada pelo deputado Rogério Correia de que cargo comissionado é igual a cargo do PSDB ou que seja um privilégio. Primeiro, acho muito perigoso, deputado, com o máximo respeito pela posição de V. Exa., que, no início de nossa legislatura, com a história que esta Casa tem, começemos a considerar privilégio o que é direito e está previsto na lei. Não há contradição alguma ou óbice legal. A segunda questão é importante - e quero dar o testemunho: centenas, acredito que mais de 200 cargos ou mais de 200 trabalhadores requereram suas férias-prêmio. Não são cargos de gabinete da Cidade Administrativa, são diretores, coordenadores regionais, profissionais de todas as ordens que exerciam um cargo comissionado. E o cargo comissionado não é a favor necessariamente desse ou daquele projeto político, o cargo comissionado está ali para exercer um papel a favor da sociedade mineira. Muitos trabalhadores em cargo comissionado não têm vinculação partidária, cumprem uma missão e a exerceram nos últimos anos muitas vezes, deputado Rogério Correia, sem retirar férias regulares. Eles agarraram sua missão com unhas e dentes perante a sociedade, pensando exatamente que têm um direito adquirido de gozar as férias-prêmio, o que não é um privilégio e sim um direito ao final do exercício do governo. Conhecendo como conheço o secretário Helvécio, uma pessoa de tradição no funcionalismo, companheiro de luta no SUS de muitos anos, tenho certeza de que essa medida pode e será reavaliada. A preocupação economicista que tirou um valor maior é um direito. O impacto financeiro disso não será crítico ou crucial para a gestão financeira do Estado, a despeito de qualquer dificuldade que possamos enfrentar este ano. Mas, acima de tudo, será um profundo desrespeito com o que foi planejado. Quero dar o testemunho, como o deputado João Leite fez, de companheiros que planejaram sua vida pessoal, gente que planejou de gravidez a mestradado, viagem ao exterior. Essas pessoas terão a vida absolutamente desorganizada para que o Estado economize uma diferença de salário. Os secretários são meia dúzia. Pensem nas centenas, como eu disse, de coordenadores que ganham R\$3.000,00, R\$2.000,00 por mês, e tiraram férias-prêmio nesses cargos comissionados. Eles terão de abandonar seus projetos de vida depois de uma profícua dedicação à missão pública. Por isso tenho certeza de que esta Casa, e muito menos o PT e os líderes do governo, não entenderá isso como privilégio, e a medida poderá ser revista sem tensionarmos esse assunto, que acho desnecessário. Esse não é um assunto em que precisamos medir força ou queda de braço entre situação e oposição. Essa é uma medida a favor dos trabalhadores, e todos somos a favor dos trabalhadores estaduais.

O deputado Gustavo Valadares - Na linha dos deputados João Leite e Antônio Jorge, que tanto conhecem a administração pública do Estado, venho aqui fazer um alerta aos servidores, àqueles que, ao longo dos últimos 12 anos, juntaram ou fizeram coro ao antigo partido da oposição, que dizia que o governo do PSDB não concedia direitos, não ouvia os servidores. Há menos de 45 dias da posse do senhor governador Fernando, o PT começa a cortar benefícios e direitos das senhoras e dos senhores servidores do Estado. Não há, pela redação dada ao art. 1º pelo senhor presidente da Câmara de Coordenação-Geral, Planejamento, Gestão e Finanças - o nome é até muito bonito, muito pomposo -, Sr. Helvécio Miranda Magalhães, distinção para não concessão de férias-prêmio apenas aos servidores comissionados. Trata-se, no art. 1º, de todos os servidores estaduais em cargos comissionados ou não. Já bem disse o deputado Antônio Jorge, a estrutura do Estado - pode ser que não saibam disso porque nunca estiveram lá e estão fazendo pela primeira vez - é composta de diversos cargos em comissão, fundamentais para que a máquina pública continue funcionando. Está aqui uma ex-prefeita de Contagem, que sabe disso. Na prefeitura de Contagem, assim como em todas as 853 prefeituras do Estado, há



servidores de carreira que exercem cargo em comissão, de gerência, de diretoria, de superintendência. Na redação dada pelo Sr. Helvécio Miranda Magalhães, secretário do PT, não há distinção entre comissionados e não comissionados. Corta-se o direito de todos. Agora, fica muito fácil descobrirmos a justificativa, basta pesquisar um pouco ou ouvir o que a imprensa vem dizendo a respeito dos projetos encaminhados à Casa, deputado Wander Borges, nos últimos 15 dias. Precisamos ter consciência de que essa pequena economia - pasmem, senhoras e senhores das galerias - será feita para pagar o reajuste de mais de 40% que será dado aos senhores secretários de Estado. Enquanto corta-se o benefício, o direito de um servidor comissionado ou não, os secretários de Estado do governo do PT receberão reajuste de 40% no salário mensal. Essa economia será para pagar uma parcela desse aumento de 40% que será dado aos senhores secretários. Fica um alerta aos servidores: fiquem atentos. Aqueles que, durante os últimos 12 anos, em especial os 3 meses da última campanha, propagaram, aos quatro cantos, que seriam os defensores, os revolucionários no tratamento da relação com os servidores públicos estaduais, com menos de 45 dias cortam um dos maiores benefícios dos servidores para beneficiar apenas meia dúzia de secretários de Estado. Muito obrigado.

O deputado Wander Borges - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer coro às palavras do nobre deputado Antônio Jorge e adicionar outro ingrediente. O governo do Estado tem um encaminhamento extremamente interessante. Dentro dos cargos de confiança, dos comissionados, existe um percentual que só pode ser ocupado por quem fez concurso, por quem está efetivado no cargo. Isso realmente é um direito adquirido. Então, como servidor público, também colaboro com esse encaminhamento.

A deputada Marília Campos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui prefeita em Contagem e já estivemos nessa situação de concessão de licença-prêmio. Quando chegamos lá, tivemos de fazer diagnóstico, previsão orçamentária e discutir, acima de tudo, critérios para conceder a licença-prêmio para o servidor público. Estamos aqui, de acordo com a fala de alguns deputados, discutindo suposições. O PT e o Fernando Pimentel, nosso governador, não vão cassar direitos. Mas neste momento eles estão revendo critérios colocados para a concessão de férias-prêmio. Isso tem de ser feito. Sob quais critérios foram feitas as concessões de férias-prêmio? Então, Sr. Presidente, não podemos supor que haverá aumento para secretário. Onde está previsto isso? Isso está escrito em qual lugar? Não vimos isso em lugar nenhum. Outra questão muito importante é reafirmar o nosso compromisso, do PT, e do nosso governador, em continuar a lutar por direitos e ampliar os direitos dos servidores públicos estaduais.

O deputado Gustavo Corrêa - Sr. Presidente, espero que a Mesa seja exatamente imparcial, sobretudo que cumpra o regimento da Casa. Ouvi atentamente as palavras dos colegas que me antecederam e penso que o nome do nosso bloco - Verdade e Coerência - deveria ser dado ao bloco governista. Por que afirmo isso aos senhores e às senhoras? Para que eles possam manter uma linha de coerência e falem as verdades aos servidores do Estado e à população mineira. Durante anos e anos - e o deputado Gustavo Valadares alertava muito bem -, durante 12 anos, deputado Antônio Jorge, muitas e muitas vezes, por inúmeros dias, os deputados da oposição assomavam a esta tribuna, faziam críticas ao governo do senador Aécio e do ex-governador, hoje senador, Antonio Anastasia e posteriormente do governador Alberto Pinto Coelho. Faziam críticas dizendo que não olhávamos com carinho para os servidores, traziam vários sindicatos para discutir e cobrar melhorias salariais, melhores condições de trabalho. Infelizmente, tudo o que foi pregado durante anos, fugindo da coerência que deve pautar os homens públicos, volto a dizer, mudou da noite para o dia. E pior, deputado Sargento Rodrigues, percebemos claramente que o PT não imaginava que iria ganhar o governo de Minas Gerais, porque se passaram 45 dias e sempre dão a desculpa de que farão uma auditoria, de que farão uma análise para depois tomar as decisões necessárias. Direitos adquiridos durante anos por servidores agora são suspensos. Mas, para abrigar os companheiros e os apadrinhados políticos, o PT tem sido rápido. Já encaminhou a esta Casa projeto criando mais secretarias e aumentando o salário dos secretários. E mais - não sei se é verdade -, tenho ouvido pelos cantos desta Casa que outras secretarias, além das que estão no projeto, serão criadas posteriormente para abrigar companheiros políticos derrotados. Olhem, não temos dinheiro para pagar o servidor. Por que não votamos no final do ano o reajuste que estava no orçamento, a recomposição salarial dos servidores? A oposição dizia que não tinha dinheiro, mas, para pagar o salário dos seus companheiros, não falta dinheiro de jeito nenhum. Vamos manter a coerência, atual governo. Não iludam os mineiros, como a presidente da República tem feito com os brasileiros. Durante a campanha, pregou pelos quatro cantos, durante todos os debates, que não tomaria determinadas medidas, mas, mais uma vez, faltou com a verdade, porque foram os primeiros atos que praticou quando assumiu o novo mandato. Venho aqui pedir a esses servidores que estão sendo prejudicados que olhem com carinho o que o atual governo está fazendo, ao contrário do que o governo passado fez com cada um de vocês, em que gastava menos com a máquina pública para investir mais no cidadão do nosso estado. E, graças a isso, Minas Gerais foi reconhecida como um dos melhores estados do nosso país, que tinha os melhores índices em todos os quesitos na saúde e na educação, que levou a telefonia celular a todos os municípios mineiros. Espero eu, deputado Lafayette de Andrada, presidente desta reunião, que estejamos todos aqui, os deputados do Bloco Verdade e Coerência, deputados pautados pela ética e pela transparência. Estaremos todos aqui firmes, vigilantes, para cobrar do atual governo que cumpra com os mineiros tudo o que foi prometido durante a campanha.

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, deputadas e deputados, é com imensa tristeza que ocupamos a tribuna desta Casa, deputado Rogério Correia, para trazer essa notícia tão ruim, proposta pelo Sr. Helvécio Miranda de Magalhães, que vem reduzindo a possibilidade das férias-prêmio do servidor público. Mas, mesmo que V. Exa. faça um gesto negativo com a cabeça, deputado Rogério Correia, "a Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, por intermédio do seu presidente, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, nos termos do art. 9º da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011, delibera: Art. 1º - O afastamento do servidor público da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais, para gozo de férias-prêmio, fica limitado a um mês no exercício de 2015". Ele limitou o tempo; portanto, não há como qualquer deputado, da base ou do bloco pseudoindependente, dizer que ele não limitou. Mas o constituinte garante essa concessão, que é ratificada na Carta Estadual, no § 4º do art. 31, em que se diz: "Serão concedidas ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo e função pública férias-prêmio, com duração de três meses, a cada cinco anos de efetivo exercício no serviço público do Estado de Minas Gerais". O que o governador Fernando Pimentel fez por meio do seu secretário foi limitar esse período a um mês. Esse é o primeiro presente, a Decisão nº 1 do Sr. Helvécio Magalhães, que limita as férias-prêmio. Aí, não há o que contestar. Até então o servidor podia tirar um pouco mais de férias, como está na norma que



regulamentou a concessão desse benefício, datada de 24/4/2003, assinada pelo então secretário de Planejamento e Gestão, Dr. Antonio Anastasia, cuja competência dispensa comentário. O art. 4º da Resolução Seplag nº 22 determinava que “o servidor poderá ter autorizado o afastamento em férias-prêmio por período igual ou superior a um mês”. Mas após o PT assumir o governo, no dia 1º de janeiro, a primeira decisão do secretário Helvécio Magalhães foi limitar as férias-prêmio do servidor. Infelizmente, este deputado deve seguir a mesma linha de raciocínio adotada pelos parlamentares que o antecederam: o PT limitou as férias. Já não bastava o pacote de maldades, deputado Antônio Jorge, do Planalto Central, de onde a Presidência da República vem destilando o seu veneno. Posso falar também como servidor de carreira, deputado Wander Borges, já que sou sargento da reserva dos quadros da Polícia Militar e obviamente tinha direito aos três meses de férias-prêmio pelos 15 anos que servi. Mas, infelizmente, é isso a que assistimos: a primeira medida tomada pelo secretário é a redução desse período. Redução, sim, porque limitou. Se o servidor tinha direito a mais tempo pela resolução anterior, do secretário Anastasia, o que ele fez foi retirar, restringir um direito do trabalhador. De qual trabalhador? Do servidor público. Alguém aqui tentou salvar sua pele dizendo que isso se aplica aos comissionados, aos cargos de recrutamento amplo. Mas não é isso que diz a resolução; não é isso. Ali está muito claro que ela se aplica aos servidores da administração direta e indireta do Estado. Portanto, esse foi o primeiro saco de maldades trazido pelo Partido dos Trabalhadores. Mas estaremos vigilantes, deputados Lafayette de Andrada e Antônio Jorge, para que isso não aconteça. Daqui a pouco vou receber em meu gabinete milhares de e-mails dos agentes prisionais e do pessoal das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, perguntando por que não podem mais tirar dois meses de férias-prêmios se estão em uma atividade estressante, trocando tiros com bandidos, correndo risco de acidentes e de morte, com um enorme grau de estresse. Mesmo assim, não podem tirar dois meses de férias-prêmio, porque o secretário de Planejamento e Gestão, o Sr. Helvécio Magalhães, disse que só podem tirar um mês. Tenho certeza de que o PT não começou bem esse governo; tenho certeza de que o Partido dos Trabalhadores precisa explicar o que esse secretário acabou de fazer.

O deputado Cristiano Silveira - Presidente, quero dizer ao deputado Rogério Correia que ele foi extremamente claro, objetivo e que foi possível a todos nós compreender o que está sendo discutido aqui. Porém, deputado Rogério Correia, antes de eu entrar nesse debate específico a respeito da matéria, creio que temos de fazer uma recuperação da atuação do PT junto ao funcionalismo público. A impressão, agora, é que tentam insinuar aqui que o PT não tem compromisso com o servidor público. Foi justamente o PT, a atuação de V. Exa. nesta Casa, com os demais deputados, que conseguiu pautar uma série de circunstâncias, de dificuldades, de desassistência aos servidores de Minas Gerais. Não podemos esquecer que, há pouco tempo, peritos do IML de Montes Claros faziam perícia com utensílios de cozinha. Não podemos esquecer que até há pouco tempo os servidores da educação, professores, na luta pelo piso nacional, não eram nem recebidos pelo governo. O que este governo do PT fez imediatamente ao tomar posse? Instituiu um comissão, com participação do sindicato, para discutir o piso nacional, que não foi cumprido pelo PSDB. Este governo, imediatamente, a pedido e ouvindo orientação dos professores e servidores da educação, suspendeu o Reinventando o Ensino Médio, recuperou a merenda escolar para os profissionais da educação. E aqui estou falando só da educação, deputado Rogério, para a gente não esquecer o compromisso histórico que o PT tem com os trabalhadores. Agora, do que trata essa matéria especificamente? Trata do número de servidores que solicitaram a licença e que, na grande maioria, são aqueles que queriam essa licença na condição do cargo, um valor maior. Mas se pudessem aguardar, dentro de cronograma já estabelecido pelo governo, seriam atendidos plenamente, como manda a regra. O que quero dizer, e os servidores precisam saber disso, é que este governo em momento nenhum vai negligenciar o direito dos trabalhadores, de qualquer área que seja. Então nós, do PT, estamos reafirmando esse compromisso e compreendendo claramente qual foi a posição que o deputado Rogério apresentou, para que não haja enganos em relação ao que estamos discutindo.

Registro de Presença

O presidente - A presidência registra a presença, em Plenário, do deputado federal Fábio Ramalho, um momento de alegria para este Parlamento.

Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o deputado Rogério Correia.

- O deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 14/2/2015.). Levanta-se a reunião.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/2/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

(Regimental)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/2/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio de Avelar e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/2/2015, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de dar posse ao vice-presidente.

Sala das Comissões, 13 de fevereiro de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 10/2/2015**

O deputado João Leite* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãs e cidadãos de Minas Gerais presentes na Assembleia Legislativa nesta tarde, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna discutir, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 5.086, de autoria da Mesa.

Tive oportunidade, no 1º turno, de expor nossa posição, mais do que em nome próprio, mas em nome de muitas pessoas que se manifestam em relação a essa matéria, que já é vencida na discussão popular. A população de Minas Gerais já se manifestou em relação a essa matéria várias vezes. Lembro-me de que, quando cheguei à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 1995, já havia uma resistência muito grande da população do Estado em relação ao auxílio-moradia, especialmente para os deputados que moram em Belo Horizonte e na região metropolitana. Naquela altura, fiz a opção de não receber o auxílio-moradia. Novamente, passados tantos anos, essa matéria volta, e volta com um vício.

Todos esses anos em que estou aqui, esta Casa se esforçou muito. Não apenas as deputadas e os deputados que cumpriram seus mandatos na Assembleia Legislativa, mas a própria Casa e os funcionários da Assembleia vêm historicamente se esforçando para ouvir a população. Várias Mesas que passaram pela Assembleia Legislativa tiveram sempre o lema de ouvir a população. A Assembleia tem a Comissão de Participação Popular. Quando aqui cheguei, em 1995, havia uma modalidade, nascida no tempo, que eram as audiências públicas regionais. Não me esqueço de uma delas que presidi em Minas Novas. Toda a população da região estava presente, dando suas sugestões para o orçamento do Estado. Era interessante por ser um pouco irreal, já que, em cada audiência regional, íamos com uma proposta que avançava e muito no valor do nosso orçamento. Depois dos governos do PMDB e do PT, fomos para o Orçamento Participativo. Era o governo Itamar Franco. Também não conseguimos fazer com que as propostas populares, de alguma forma, fossem atendidas. Até chegarmos a 2003, na revisão, na discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental, que é realizado em todo o Estado.

Portanto, onde vamos no Estado, na discussão que acontece - e esta Assembleia historicamente tem buscado ouvir a população -, a voz é uma só: a população não quer pagar o auxílio-moradia para deputados que vivem em Belo Horizonte. Essa é a palavra da



população. Se ouvirmos mesmo a população, se a Assembleia a ouviu mesmo, e se é ela que manda em nós, está muito clara a sua mensagem, das cidadãs, dos cidadãos de Minas Gerais que pagam seus impostos, especialmente no momento em que vivemos.

Perguntava agora para quanto foi o dólar, e me responderam que ele foi para R\$2,82. Podem falar que o dólar é para quem mora lá fora, mas isso não é verdade, importamos trigo para fazer o pãozinho de sal, o francês. Meu filho, que mora no Rio de Janeiro, ligou e disse que pagou R\$3,70 o litro da gasolina. Olha a situação dos brasileiros. É claro que a população de Minas Gerais não aceita pagar essa conta; a situação está muito arrochada. O governo federal, na campanha, dizia que o Brasil estava uma maravilha, que não havia problemas no nosso país, que não havia desemprego no nosso país, que estava tudo muito bem e que o que estava acontecendo com a Petrobras era uma mentira da oposição ou daqueles que são contra o País. A cada dia vemos as coisas sendo confirmadas, para a tristeza de todos nós.

Outro dia, ouvi uma pessoa dizer que não perdoa o Fernando Henrique Cardoso por não ter privatizado a Petrobras e ter privatizado a Vale do Rio Doce. Que a Vale não foi roubada e que a Petrobras foi assaltada. Não sabemos dizer quanto dinheiro desviaram da Petrobras. É nesse cenário que vamos votar alguma coisa que a população não aceita. Vamos colocar mais peso nas costas da nossa população, do nosso trabalhador, da nossa trabalhadora. Conversava com alguns colegas o quanto estava impressionado com o número de pessoas que buscam o meu gabinete à procura de emprego, apesar de não ser essa a nossa atribuição. Será que esses são mesmo os números do desemprego? Será que o mineiro e as pessoas que estão desempregadas querem pagar e vão pagar essa conta que estamos impondo a eles?

Olhem a situação social do nosso país. Hoje, no Brasil, há 730 mil pessoas presas. Estou acompanhando um pouco a proposta do governo do Estado, o delegado de conciliação. Perguntem aos policiais militares se não é verdade que determinado indivíduo já foi preso 20 vezes, já foi levado diante de um delegado, já foi preso, solto e voltou a cometer outro assalto. O mundo está falando em tolerância zero com o crime, e nós estamos falando em conciliação com os criminosos. Olhem a situação social do País. Olhem a situação orçamentária do País. Estamos vendo a situação da presidente, que tinha 47% de aprovação e, agora, tem 23%. Olhem a imagem da presidente da República: 47% a consideram desonesta; 54% a consideram falsa; 50% estão indecisos, não sabem o que ela é. E nós, o que somos ao impor a nossa população esse peso? O que somos ao impor isso? Setenta e sete por cento dos brasileiros acreditam que a presidente Dilma tinha conhecimento da corrupção na Petrobras. E o governo estadual, o que está fazendo? Ele decretou moratória, não se paga nada no Estado de Minas Gerais. Perguntem aos fornecedores do governo do Estado se estão recebendo. Ninguém recebe, porque estamos em moratória em Minas Gerais. Não declararam moratória, mas estamos em moratória no Estado de Minas Gerais.

Ao mesmo tempo fazem terrorismo com a população de Minas Gerais. Disseram que o governo passado não pagaria o 13º salário, e o pagou antecipado. Disseram que não havia dinheiro no caixa para pagar o salário de dezembro para os servidores até o quinto dia útil do mês de janeiro. Havia dinheiro e pagaram. E agora, depois de dizer tudo isso, o governador aumenta o próprio salário e os dos secretários, faz nepotismo no Estado de Minas Gerais, coloca o filho do vice-governador como presidente da Gasmig. E o Estado de Minas Gerais não tem dinheiro?

Aumenta o próprio salário, aumenta o salário dos secretários, coloca para presidir a Gasmig o filho do vice-governador, depois o pai do secretário de Governo é conselheiro da Cemig, e agora o irmão do presidente da Cemig, Mauro Borges, é diretor da Copasa. É uma festa em Minas Gerais, e falam com a população que não há dinheiro. Todos os convênios estão suspensos. As obras dos hospitais regionais estão paradas. Não se faz mais obra em Minas Gerais, está tudo parado. E vamos falar para a população de Minas Gerais que não há dinheiro? Há dinheiro para aumentar o salário do governador Pimentel? Há dinheiro para aumentar o salário dos secretários de Estado? Arruma-se emprego para o filho do vice-governador, para os irmãos dos diretores? Avisaram aqui que nenhum secretário iria para os conselhos das estatais, mas estão lotados. Alguns já alcançam quase 30 mil porque estão em vários conselhos das estatais. O conselho da Copasa está tomado por um partido, o partido tomou o conselho da Copasa.

Por fim, queria falar da Assembleia Legislativa, que sempre deu exemplo. Ora, é importante que ela sempre dê exemplo, porque nós representamos essa população do Sul de Minas, da Zona da Mata, do Norte, do Jequitinhonha, do Noroeste, da nossa região metropolitana. Portanto, temos de dar esse exemplo mesmo, mas o que temos agora com esse projeto? Criamos mais duas diretorias. Para quem são essas duas diretorias? Em que irão atender a população de Minas Gerais? Qual é a estrutura de duas diretorias na Assembleia Legislativa? Mais sete cargos serão criados. A população de Minas Gerais quer pagar essa conta?

Deputadas e deputados, recebi hoje, com cópia para o presidente da Assembleia, esse documento com assinatura dos cidadãos de Minas Gerais. Foi pouco o tempo, eles conseguiram apenas 913 assinaturas. Estão nos xingando um bocado, eu recebi o xingamento. Eles têm razão de xingar mesmo. São eles que pagam a conta, são eles que me pagam. Eles não aceitam e querem saber para que mais duas diretorias no Parlamento. É para atender quem? É para atender a população de Minas Gerais? Estão aqui as assinaturas da população pedindo para votarmos contra.

Um cenário de moratória no Estado, um terrorismo total de propaganda no Estado: “Vai faltar água, vai acabar tudo, o PSDB e seus aliados fizeram isso”. Um terrorismo total. Cinco deputados que tinham de tomar posse ficaram um mês na Assembleia. O secretário de Meio Ambiente, com uma crise hídrica - como dizia o governo, “uma crise hídrica sem precedentes nunca jamais na história”. Não sei como é o jargão. A propaganda do João Santana tem uma frase: “Nunca antes na história faltou tanta água em Minas Gerais. A culpa da falta de água é de quem?”. E o secretário de Meio Ambiente não toma posse, fica na Assembleia um mês parado. Um governo que assume falando em participação popular. Há 300 propostas populares da revisão do PPAG paradas na Assembleia Legislativa. Vieram as populações do Jequitinhonha, do Norte de Minas, do Noroeste, do Sul de Minas, da Zona da Mata fazendo propostas, que estão guardadas.

Que governo de participação popular é esse? Se somos mesmo representantes do povo, temos de votar contra. Quero me posicionar claramente contrário, do início ao fim, a esse projeto, que já recebeu nova emenda - ou seja, guarda mais um presentinho. Não quero nem ler, vou votar contra. Normalmente as matérias passam pelas comissões, onde são discutidas. Mas fizeram o mesmo com o



orçamento: perderam o prazo para discutir o orçamento, deixaram de discutir a reforma administrativa para não passar nas comissões e não haver discussão. Querem que a gente engula tudo. Mas eu não engulo. Voto “não”. Obrigada, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia ou das galeiras, serei breve em meu encaminhamento sobre a matéria em pauta.

Na votação em 1º turno, votei a favor da aprovação da matéria, especialmente da aprovação do chamado auxílio-moradia, constante no Projeto de Resolução nº 1/2015, da Mesa.

No entanto minha vida pública sempre foi, é e será pautada nos pilares da transparência, da seriedade e, acima de tudo, no zelo com a coisa pública. Aliado a isso, presidente, em junho de 2014, em votações distintas de dois projetos - os Projetos de Lei nºs 59 e 62, do Poder Judiciário e do Ministério Público, respectivamente -, que tratavam do chamado auxílio-livro para promotores, procuradores, juízes e desembargadores, no valor de R\$13.000,00, ocupei a tribuna desta Casa e encaminhei contrariamente à aprovação da matéria e votei contra ambos.

Da mesma forma, em 2013, depois de perseguir a aprovação do fim do voto secreto durante 12 anos, consegui aprovar a Emenda à Constituição nº 91/2013, que extinguiu toda e qualquer votação secreta no âmbito da Assembleia de Minas.

Em 2013 e 2014, denunciei várias vezes a imoralidade de promotores e procuradores do Ministério Público receberem de R\$5.000,00 a R\$6.000,00 de diária para atuarem em comarcas vizinhas, tais como Contagem, Nova Lima, Sabará e outras.

Esclareço a todos, mas em especial aos meus eleitores, que somente foi possível identificar qual deputado votou contra ou a favor de determinado projeto a partir da aprovação da Emenda à Constituição nº 91/2013, de minha autoria. Esse instrumento é importantíssimo para que os eleitores possam acompanhar os votos de cada parlamentar; é um instrumento que permite uma fiscalização muito mais rápida e eficaz. Trabalhei muito pela aprovação dessa matéria, motivo pelo qual me sinto à vontade para falar em transparência das ações dos mandatos que exerço. Minha postura sempre foi essa.

Dessa forma, gostaria de me dirigir aos meus eleitores em todo o Estado, que somam 98.841, para deixar claro que os mandatos que exerço sempre foram orientados pela vontade dos meus eleitores. Sempre me posicionei como instrumento daqueles que foram às urnas e me confiaram seus votos. Durante todas as minhas campanhas, fiz questão de frisar a todos aos quais pedi os votos que o mandato parlamentar é uma procuração de enorme responsabilidade.

Sendo assim, Sr. Presidente, não há como contrariar as solicitações de meus eleitores. Não há como contrariar aqueles que foram às urnas e passaram essa procuração, que, repito, é de extrema responsabilidade. Cito aqui alguns deles: Júlio César de Aguiar Santana, Flávia Vasconcelos, Cláudio Guimarães, Sérgio Pires, Carlos Santos, Polly Rossani, Rafael Bravo, Adriano Jardim Alberto, Odilon Júnior Guimarães Vieira, Alexandre Alves, Marlon Martins, Margareth Lovisi, entre outros.

Portanto, Sr. Presidente, após ouvir vários eleitores, receber em meu gabinete mensagens por via do Facebook e *e-mails*, percebi, de forma consciente, que na primeira votação não tomei a melhor decisão. Então, com a humildade que todo ser humano deve ter quando entende ter tomado a decisão errada, em respeito, única e exclusivamente, aos meus quase 100 mil eleitores, vou votar contra o pagamento do auxílio-moradia.

Esclareço ainda, Sr. Presidente, que farei, em ato contínuo, o requerimento a V. Exa. para que este Deputado não receba o benefício. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, inscrevi-me para o artigo de liderança a fim de comunicar a formação do nosso bloco como líder e fazer a apresentação dos nossos deputados que fazem parte do bloco e, ao mesmo tempo, das comissões que já foram aqui apresentadas, visto que conseguimos um acordo entre os três blocos para a composição delas. Significa, portanto, que, a partir deste instante, a Assembleia já está em condições de obter o pleno funcionamento de suas comissões a partir de amanhã. Além disso, que trabalhamos de maneira mais rápida para fazer com que a Assembleia - e isso é importante - comece a funcionar a partir de amanhã.

Sr. Presidente, se eu não estiver equivocado, sendo já publicadas, amanhã mesmo cada uma das comissões já poderá eleger seus presidentes e vice-presidentes. Comunico aos nobres deputados e às nobres deputadas que, do ponto de vista do nosso bloco, cujo nome ainda não escolhemos e que tem como base os partidos e os deputados que compuseram o Bloco Minas sem Censura no passado, evidentemente acataremos os acordos que foram feitos entre os blocos para a garantia das presidências.

Como o nosso bloco parlamentar é o maior da Casa, ficamos com algumas presidências que julgo fundamentais, como a da Comissão de Direitos Humanos. O deputado Cristiano Silveira é o nome que o PT está indicando para essa comissão que considero fundamental desta Casa. Desejo ao Cristiano que, nessa comissão, espelhe aquilo que o deputado Durval Ângelo por anos e anos significou nesta Assembleia Legislativa. Essa é uma comissão de defesa dos interesses dos que têm menos posses e dos que mais precisam, a quem nós, principalmente com a liderança do Durval, soubemos dar importância fundamental em Minas Gerais. A Comissão de Direitos Humanos, Cristiano, que V. Exa. há de presidir, tem uma respeitabilidade impressionante no interior.

Todos a respeitam e, quando são injustiçados, dizem: “Vou procurar a Comissão de Direitos Humanos”. Fazem-no em razão da moral que a Comissão de Direitos Humanos tem hoje no Estado de Minas Gerais. Então, desejo que V. Exa. faça um trabalho que nos dignifique nessa comissão.

Em relação ao Partido dos Trabalhadores, o deputado Elismar Prado ficará na presidência da Comissão de Defesa do Consumidor. Desejo-lhe, exatamente no que diz respeito às tarifas de água e energia elétrica, que foram as mais caras do Brasil, que V. Exa. possa ter na Comissão de Defesa do Consumidor uma vigilância constante em relação aos preços e à qualidade dos serviços prestados. O deputado Elismar Prado tem demonstrado, junto com o seu irmão Weliton Prado, que está na Câmara dos Deputados, muita afinidade com esse trabalho.

Gostaria de cumprimentar o deputado Paulo Lamac, também do PT, que ficará na presidência da Comissão de Educação. Na verdade, a educação em Minas precisa ser refundada. No nosso entendimento, a educação no governo passado chegou ao fundo do

poço. No entanto, o governo que começou agora já está dando boas notícias para a educação: terminou com o Arrebrandando o Ensino Médio e hoje recebe os sindicatos para conversar - coisa que não acontecia. Além disso, já anunciou que uma professora vai poder se alimentar na escola, que isso não será mais proibido, e começa reconhecendo que o governo não paga o piso salarial, razão pela qual formou uma comissão para iniciar uma discussão sobre o assunto. Está realizando um debate na tentativa de arrumar o quadro das escolas, que está uma bagunça porque o governo fez demagogia ao prometer que iria efetivar pessoas sem concurso público. Demagogia essa que querem repetir nesta legislatura, mas que não resolve o problema da escola nem do professor. Portanto, Paulo Lamac, teremos de mudar a educação. A presidenta Dilma tem falado da Pátria Educadora, e é isso que queremos, é isso que reivindicamos e teremos na Comissão de Educação.

Ainda em nosso bloco queria parabenizar o PTdoB, que estará em nosso bloco fazendo parte da vice-presidência da Comissão de Agropecuária com o deputado Emidinho Madeira; o deputado Fábio de Avelar, na Comissão de Esporte; e o deputado Bosco, que certamente fará um excelente trabalho como membro da Comissão de Minas e Energia, a qual queríamos que ele presidisse mas não foi possível. Porém, ele também estará na presidência da Comissão de Cultura.

Quero cumprimentar também o PR, que se juntou ao nosso bloco e terá a presidência da Comissão de Transporte, com Deiró Marra, além da vice-presidência da Comissão de Redação, com Léo Portela, que será também vice-líder do governo; o Arnaldo Silva ainda não foi anunciado, mas, conforme me comprometi com o PR, ele será também vice-líder do nosso bloco. Quero parabenizar o PR também pela conquista da participação nessas comissões.

Quero cumprimentar também o PCdoB e dizer que o deputado Caixa será o vice-presidente da Comissão de Esporte - quero que ele também aceite o meu convite para ser vice-presidente do bloco; e o Celinho do Sinttrocel presidirá a Comissão de Trabalho. Ele trabalhou muito na legislatura passada e, agora, por justiça, será o nosso presidente. Muitas coisas que não foram feitas teremos de fazer na Comissão de Trabalho. Celinho, estou me lembrando aqui de que você terá a presidência para aprovar algo pelo qual você lutou muito e eu o ajudei, que é o salário mínimo regional maior que o salário mínimo nacional. Isso já existe em vários estados, mas aqui, em Minas, o governo passado não permitiu um piso regional maior. Está em suas mãos, Celinho do Sinttrocel, construir essa ideia. Portanto, é mais que justa a sua presidência.

Quero cumprimentar Rosângela Reis, deputada que estamos indicando para presidir uma comissão fundamental, que será a comissão das mulheres. Na política, as mulheres têm menos chances que os homens. É muito machista. Sem dúvida, Rosângela Reis estará presidindo uma comissão importante.

Quero cumprimentar e agradecer ao Gilberto Abramo, do PRB, que estará na presidência da Comissão de Redação Final. Parece pouco, mas é a comissão que nos dá a certeza daquilo que foi aprovado.

Finalmente, quero agradecer ao PMDB, que terá a presidência da Casa, na Mesa da Assembleia, da qual o 1º-secretário é o deputado Ulysses Gomes, do Partido dos Trabalhadores. Esse partido terá também, na presidência da Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Leonídio Bouças; e, na presidência da Comissão de Administração Pública, o deputado João Magalhães. São duas das maiores comissões que temos e que estarão nas mãos do PMDB, em nosso bloco do governo, que também quero parabenizar.

Claro, além disso o deputado Vanderlei Miranda estará na liderança da Maioria comigo. Esses serão os membros do PMDB a acumular as presidências, além de presidência importante, a da Comissão das Águas, que quero ressaltar, do deputado Iran Barbosa, na crise hídrica existente. Não é verdade o que ouvi aqui, que a crise hídrica não existe. Esconderam a crise hídrica. Aliás, em Minas tudo era escondido. Viviam-se sob censura. Tudo era escondido, agora é às claras. As coisas são feitas à luz do dia. Concorde-se ou discorde-se, mas à luz do dia. E a crise hídrica, de que se esconderam os problemas de água que existiam para dizer que Minas Gerais é uma maravilha, agora aparece. Como aparece a crise do choque de gestão, o maldito choque de gestão, aquele que faliu Minas, que a colocou como o Estado mais deficitário. Tentaram esconder essa lástima que foi o choque de gestão em Minas Gerais.

Portanto estamos agora para anunciar um novo momento. O governador Fernando Pimentel está fazendo uma auditoria das contas do Estado, em todos os sentidos. E essa auditoria da crise hídrica e das contas do Estado será feita pelo nosso governo, deputado Paulo Lamac, não por vingança, mas porque precisamos saber a real situação do Estado, que é precária. Em vez daquilo que era a única coisa permitida publicar, que se falasse bem do senador e que se falasse bem do governador, agora a imprensa fala e tem a liberdade de dizer o que pensa. É assim que funciona o Estado Democrático. Não fosse isso, Minas não estaria no buraco que está, porque a irmã do governador - para falar em nepotismo - era uma que controlava tudo no governo, com mãos de ferro; que detinha os poderes para soltar qualquer verba. A irmã do governador tinha inclusive uma rádio dela própria e do governador. Fico bobo de ver como alguém do governo passado pode levantar a hipótese de nepotismo sem fazer autocrítica, que era o mínimo que deveria ser feito sobre o que acontecia no passado. Houve mais de 200 leis delegadas, que não foram aprovadas nesta Casa, e que muitos deputados, inclusive eu, não conseguimos saber a dimensão da marafunda e confusão que foi a implementação dessas leis delegadas.

Queria também parabenizar o deputado Fábio de Avelar - o deputado Ulysses está me lembrando - como membro da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, que nos ajudará muito.

Antes de conceder os apertes - o deputado Iran Barbosa está ali dando uma coletiva - eu queria anunciar-lhes que ele já pediu a minha assinatura, e já dei. Também teremos que fazer algumas inserções e tomar algumas medidas para verificar, deputado Paulo Lamac, aquilo que nos proibiram de verificar no mandato passado. Por exemplo, o que aconteceu no Mineirão, cujas denúncias de corrupção são intensas. E o deputado Iran Barbosa está ali apresentando um requerimento igual ao que eu e o Sávio Souza Cruz apresentamos na legislatura passada, pedindo uma CPI para verificar o que aconteceu nas obras do Mineirão, cujo preço foi dobrado. Ele foi colocado nas mãos da Minas Arena, com recursos públicos do Estado, até hoje, para pagar o lucro da empresa que ganhou, com processo de licitação - creio - fraudulento, assim como a ausência de licitação do projeto. O deputado Iran Barbosa está ali com o projeto, e peço aos companheiros do bloco que assinem a CPI do Mineirão.

Na semana que vem apresentarei também, em nome do bloco, a CPI da Codemig e da Cemig, para saber como o governo tratou de fato esses casos. Portanto, auditorias e CPIs terão que ocorrer. Isso, deputado Paulo Lamac, é o senso geral da política hoje. E



precisamos fazer, como fizemos, um bloco de apoio ao governo e de apoio à política. Às vezes engole-se sapo ou mosquitos para fazê-lo, mas é uma necessidade deste Parlamento, para obter essa maioria e iniciar um governo.

Vejam o que aconteceu no passado, mas olhem principalmente para a frente. O nosso bloco veio para isso.

Quero também congratular-me com o bloco independente que se forma com o objetivo de dialogar com o governo. Quero dizer a eles que dialogaremos com principalidade com esse bloco no que diz respeito às questões que vierem do governo.

Quero ainda dizer aos companheiros da oposição que eles não terão o tratamento de rolo compressor como existia no passado. A oposição é importante para discordar, contribuir e fiscalizar e será tratada como deve, com respeito, jamais com rolo compressor, como fomos tratados diversas vezes aqui.

Parabenizo o Parlamento por ter chegado, hoje, rapidamente, à formação das comissões, que, a partir de amanhã, começam a trabalhar em sua plenitude.

Concedo aparte ao nobre deputado Paulo Lamac.

O deputado Paulo Lamac (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Rogério Correia. Quero apenas parabenizá-lo. Certamente vamos seguir nesse rumo que V. Exa. explicitou aqui, com muita clareza, como é sua característica, com a sua liderança. Acredito que a escolha de V. Exa é muito acertada, assim como a do líder de governo deputado Durval Ângelo e do líder Vanderlei Miranda. Tenho certeza de que esse tratamento democrático, republicano, certamente será a marca que desejamos para o nosso governo, para o nosso estado, coisa que, lamentavelmente, não houve no passado.

Gostaria, nosso líder Rogério, de expor também outra questão relativa a CPIs. Temos indícios, vários sinais de que houve estudos da Copasa, no ano passado, demonstrando a necessidade de ações emergenciais em relação à redução do consumo. Se houve esse estudo, é muito importante que apuremos, porque não houve providência por parte do governo. Há crime de responsabilidade nisso. Então, também estamos apresentando requerimento para CPI, para apuração de responsabilidades sobre a não tomada de providências temporâneas, que deveriam ter sido tomadas no ano passado para se evitar a crise hídrica que ora todos os mineiros atravessam.

O deputado Rogério Correia - Muito obrigado, deputado Lamac.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/2/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

exonerando, a partir de 13/2/2015, Grazielle Augusta Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando, a partir de 13/2/2015, Marcus Vinícius Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 13/2/2015, Maurício Duarte do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 13/2/2015, Nathalia de Barros Marques da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 13/2/2015, Romulo Henrique Alves Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro

nomeando Senock Henrique de Oliveira Castro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Washington Luís Gravina Teixeira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Magalhães

nomeando Janio Servio Mendes para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Neilando Pimenta

exonerando, a partir de 19/2/2015, Luiz Fernando Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Luiz Fernando Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Alessandra Gomes Ferreira para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

nomeando Edelson Antônio Godinho Pimenta para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Oribe Teodoro da Silva para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Leo Portela, Vice-Líder do Bloco PT - PMDB - PC do B - PT do B - PR - PRB - PROS.



Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 19/2/2015, Elenaide Cruz do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Elenaide Cruz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 31/1/2015, na pág. 8, sob o título “Gabinete do Deputado Cássio Soares”, onde se lê:

“Olga Aparecida Borges Bastos de Oliveira”, leia-se:

“Olga Aparecida Borges Bastos”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 12/2/2015, na pág. 18, onde se lê:

“Kênya Gomes Vieira”, leia-se:

“Kenya Gomes Vieira de Oliveira”.

Na pág. 19, onde se lê:

“Felipe Martins”, leia-se:

“Felipe Martins Comonian”.

Onde se lê:

“José Aparecido Soares”, leia-se:

“José Aparecido da Silva Soares”.

E onde se lê:

“Giovanna Nogueira do Lago Barbosa”, leia-se:

“Gilvânia Nogueira do Lago Barbosa”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 13/2/2015, na pág. 20, sob o título “Gabinete do Deputado Adalclever Lopes”, onde se lê:

“Marcos Zalem Rita”, leia-se:

“Marco Zalem Rita”.

E sob o título “Gabinete do Deputado Gustavo Corrêa”, onde se lê:

“nomeando Aimar Carlos Duarte Ferraz para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas”, leia-se:

“nomeando Aimar Carlos Duarte Ferraz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas”.